

Sarney quer reduzir papel do

O ESTADO DE S. PAULO

ARIOSTO TEIXEIRA

Estado

O presidente José Sarney já se sente completamente livre de constrangimentos políticos para governar e tem planos concretos para executar no tempo que lhe resta da execução do poder. Até a decisão de Constituinte, a obsessão dele era o mandato de cinco anos. Agora ninguém tira da cabeça do presidente a idéia de que o seu governo se tornará uma obra acabada, caso consiga normalizar a economia — e por normalizar se entenda o controle da inflação, do déficit, com leis de mercado funcionando plenamente — e reduzir a interferência do Estado na atividade privada. Ou seja, nesta fase final de governo, a face presidencial de Sarney é a de um privatista.

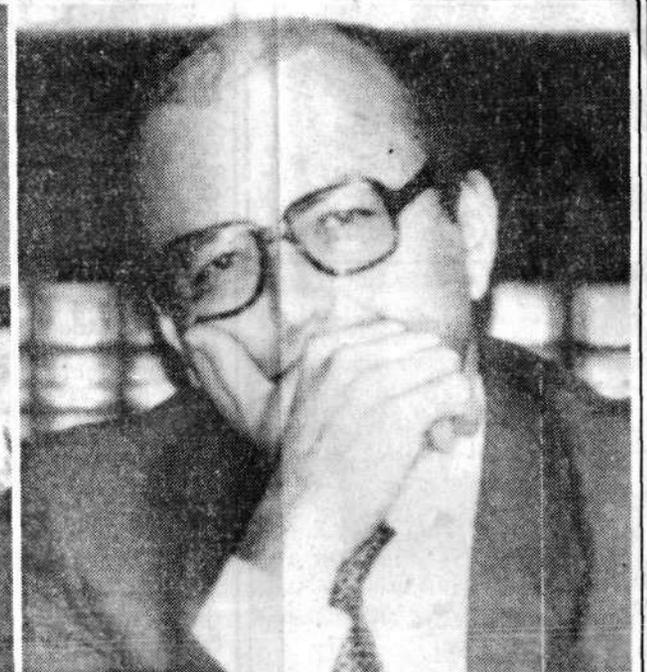
Se alcançará e realizará suas metas é algo que se verá no futuro. Sarney tem algum cacife para chegar lá. Fechou um acordo com os bancos credores que aparentemente irá tirar o País do sufoco em que se meteu no início da década, e concebeu uma política industrial tipicamente capitalista. E verdade também o que diz o assessor especial da Presidência, Thales Ramalho, quando lembra que o doutor Ulysses Guimarães não reúne mais o Ministério na casa dele, como fazia até a queda do ministro Bresser Pereira.

Os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Batista de Abreu, ao lado do genro e secretário particular Jorge Murad, são sem dúvida os homens que mais fazem a cabeça de Sarney em questões econômicas. Os três convictamente querem privatizar a economia. O presidente confia neles mais do que um dia pôde confiar — se é que isso aconteceu — nos ministros Francisco Dornelles (escolhido por Tancredo Neves), Dilson Funaro, que era do PMDB, e Bresser Pereira, que Ulysses Guimarães escolheu depois de vetar o governador Tasso Jereissati, num gesto que expôs publicamente pela televisão a fragilidade de um presidente sem



22/88

Abreu é ouvido quando tema é econômico



Edward Costa — 3/88

Cenário para Mailson é de dificuldades

mandato definido e sem equipe própria de trabalho.

MENOS DEPENDÊNCIA

Na política o presidente agora raramente consulta Ulysses sobre o que deve fazer, embora diga insistentemente a auxiliares e amigos que nunca deixou de gostar do presidente do PMDB e de admirá-lo. O trauma das limitações que se punham ao exercício do cargo fez com que Sarney explodisse na primeira crise de questionamento da sua autoridade. Ela nasceu justamente na sensível e perigosa área militar. "Ele feriu minha autoridade", foi a justificativa de Sarney para demitir o brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, um favor, aliás, aos demais ministros militares, que já não escondiam a preocupação com o potencial de indisciplina contido na for-

ma polêmica de ascensão da liderança do ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

A preservação da "liturgia do cargo", expressão cunhada por Sarney para designar a autoridade presidencial, também esteve presente na exoneração do coronel-aviador Ozires Silva da presidência da Petrobrás. Estas foram decisões mais ou menos solitárias. Antes que se concretizassem, ouviram alguma coisa sobre elas os membros do círculo de consulta política que o presidente montou com a finalidade inicial de vencer a batalha dos cinco anos. Esses homens estão hoje compelidos ao que se chama no Palácio do Planalto de "estado de reunião permanente". Não existe hora nem dia para que se reúnam com Sarney os ministros Prisco Viana, Antônio

Carlos Magalhães, Ivan de Souza Mendes, Ronaldo Costa e Couto, o consultor-geral da República Saulo Ramos e os líderes na Constituinte Carlos Sant'Anna e José Lourenço.

Quando precisa ouvir gente de fora, o telefone que primeiro toca, chamado por Sarney, é o do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, "uma zebra" na sucessão do ano que vem segundo os profetas palacianos, seguido dos dos governadores do Paraná, Alvaro Dias, e de São Paulo, Orestes Quércia, nessa ordem. Nos assuntos militares, a primeira voz é a do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, seguido das opiniões dos generais Ivan Mendes (SNI) e Rubens Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar.

(Brasília/Agência Estado)